

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**

**Nome:** Jucileia Nascimento de Oliveira

**E-mail:**

jucileia.nascimento@gmail.com

**Instituição:** Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá, Brasil

**Submetido:** 07/04/2021

**Aprovado:** 06/07/2021

**Publicado:** 04/05/2022

 10.20396/rho.v22i00.8665242

**e-Location:** e022012

**ISSN:** 1676-2584

**Como citar ABNT (NBR 6023):**

OLIVEIRA, J. N. de; ROCHA, M. P.; RODRÍGUEZ, M. V. Criação, instalação e expansão das primeiras escolas de Campo Grande/MS:

escola japonesa “Visconde de Cairu” (1918-1945). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1-22, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8665242.

Disponível em: <https://bityli.com/AYBrJM>. Acesso em: 4 maio, 2022

Disponível em:

<https://bityli.com/AYBrJM>. Acesso em: 4 maio, 2022

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



## CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E EXPANSÃO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS DE CAMPO GRANDE/MS: ESCOLA JAPONESA “VISCONDE DE CAIRU” (1918-1945)

  **Jucileia Nascimento de Oliveira\***

Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá

  **Marcelo Pereira Rocha\*\***

Instituto Federal de Mato Grosso

  **Margarita Victoria Rodríguez\*\*\***

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

### RESUMO

O artigo evidencia a importância da Escola Visconde de Cairu, no contexto do desenvolvimento acelerado de Campo Grande, entre os anos de 1918 e 1945. Para isso, objetiva-se analisar a criação, instalação (zona rural e urbana) e consolidação da referida escola, sediada em Campo Grande, capital do Estado do Mato Grosso do Sul. O estudo baseia-se na análise de fontes documentais constituídas por mensagens presidenciais enviadas à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; relatórios dos intendentos de Campo Grande; documentos coletados nos arquivos da Escola Visconde de Cairu; atas da Câmara Municipal de Campo Grande e jornais da época, obtidos em arquivos públicos e particulares (presencial e/ou on-line). Conclui-se que as escolas de iniciativa particular, no início da década de 1910, introduziram o ensino primário em Campo Grande e expandiram-se consideravelmente na década seguinte. A Escola Visconde de Cairu apresenta crescimento no número de matrícula desde sua criação, sendo mais expressivo nos anos de 1944 e 1945, acompanhando o crescimento populacional lépido do município. Os alunos eram descendentes de japoneses e muitos desses egressos foram admitidos no ensino secundário (Ginásio Osvaldo Cruz e Ginásio Municipal de Campo Grande). O quadro de corpo docente estava constituído por professores de origem japonesa e brasileira, com predominância do sexo feminino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instituição de ensino primário. Iniciativa particular. Japoneses.

**CREATION, INSTALLATION AND EXPANSION OF THE FIRST SCHOOLS OF CAMPO GRANDE/MS: JAPANESE SCHOOL “VISCONDE DE CAIRU” (1918-1945)****Abstract**

This research highlights the importance of Visconde de Cairu School, in the context of the accelerated development of Campo Grande, between the years 1918 to 1945. For this purpose, the objective is to analyze the creation, installation (rural and urban areas) and expansion of said school, based in Campo Grande, capital of the State of Mato Grosso do Sul. The study is based on the analysis of documentary sources constituted by presidential messages sent to the Legislative Assembly of the State of Mato Grosso, reports from the officials of Campo Grande, documents collected in the archives of the Visconde de Cairu School, Minutes of the County of Campo Grande and newspapers of the time, obtained in public and private archives (in person and / or online). It is concluded that schools of private initiative, in the beginning of the 1910s, started primary education in Campo Grande and expanded considerably in the following decade. The Visconde de Cairu School has grown in the number of enrollments since its creation, being more expressive in the years 1944 and 1945, following the accelerated growth of the municipality. The students were of Japanese descent and in a few years many graduates were admitted to secondary school (Ginásio Osvaldo Cruz and Ginásio Municipal de Campo Grande). The teaching staff consisted of Japanese and Brazilians, with a predominance of females.

**Keywords:** Primary education institution. Private initiative. Japanese.

**CREACIÓN, INSTALACIÓN Y EXPANSIÓN DE LAS PRIMERAS ESCUELAS DE CAMPO GRANDE/MS: ESCUELA JAPONESA “VISCONDE DE CAIRU” (1918-1945)****Resumen**

El artículo evidencia la importancia de la Escuela Visconde de Cairu, en el contexto del desenvolvimiento acelerado de Campo Grande, entre los años de 1918 a 1945. Para tanto, se analiza la creación, instalación (zona rural y urbana) y consolidación de la referida escuela, con sede en Campo Grande, capital del estado de Mato Grosso do Sul. El estudio se fundamenta en el análisis de fuentes documentales compuestas por mensajes de gobernadores enviadas a la Asamblea Legislativa del estado de Mato Grosso; informes de los intendentes de Campo Grande; documentos recogidos en los archivos de la Escuela Visconde de Cairu; actas de la Cámara Municipal de Campo Grande y periódicos de la época, obtenidos en archivos públicos y particulares (presencial y/o on-line). Como resultado de la investigación se concluye que las escuelas de iniciativa particular, en el inicio de la década de 1910, introdujeron la enseñanza primaria en Campo Grande y se expandieron considerablemente en la década siguiente. La Escuela Visconde de Cairu presenta crecimiento numérico de la matrícula desde su creación, siendo más expresivo en los años de 1944 y 1945, acompañando el aumento poblacional del municipio. Los alumnos eran descendientes de japoneses y muchos de esos egresados fueron admitidos en escuelas de enseñanza secundaria (Gimnasio Osvaldo Cruz y Gimnasio Municipal de Campo Grande). El cuerpo docente estaba constituido por profesores de origen japonesa y brasilera, con predominancia del sexo femenino.

**Palabras-clave:** Institución de enseñanza primaria. Iniciativa particular. Japoneses.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho apresenta resultados da pesquisa que teve como objetivo elucidar sobre a criação, instalação (zona rural e urbana) e consolidação da Escola Visconde de Cairu. Conforme documentação encontrada até o presente momento, pode-se afirmar que a instituição teve origem na criação e instalação da “Escola de Hanja”<sup>1</sup> no final da década de 1910, na região rural de Campo Grande, situada no sul do Estado do Mato Grosso<sup>2</sup>, mas, com o passar do tempo, o referido estabelecimento de ensino foi transferido para a região central, próximo à estação ferroviária, acompanhando o desenvolvimento econômico e populacional da mencionada cidade.

Apresenta-se a história da Escola Visconde de Cairu no contexto do desenvolvimento acelerado de Campo Grande entre os anos de 1918 e 1945. O recorte temporal de 1918 sinaliza a data de criação e instalação da Escola Visconde de Cairu na área rural do município e 1945 marca o fim do governo Vargas, período no qual a escola passou por um processo considerável de expansão de sua matrícula. Além disso, no início do ano seguinte, mais precisamente 02 de janeiro de 1946, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Primário, mediante o Decreto n. 8.529 alterando a organização das instituições de ensino primário, inclusive de iniciativa particular.

Assim, este estudo baseia-se, principalmente, em fontes documentais constituídas por mensagens presidenciais enviadas à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, relatórios dos intendentess<sup>3</sup> de Campo Grande, normas legais que regulamentavam o ensino primário (Leis, Decretos e Portarias), documentos coletados nos arquivos da Escola Visconde de Cairu, Atas da Câmara Municipal de Campo Grande e jornais da época, obtidos em arquivos públicos e particulares (presencial e/ou on-line). Por meio de coleta nos arquivos da Escola Visconde de Cairu, foi possível registrar parte da história desta instituição de ensino campo-grandense, desde a doação do terreno (zona rural), até aspectos relacionados com seu funcionamento e organização escolar (zona urbana).

Além disso, desenvolveu-se pesquisa de caráter bibliográfico, centrada em autores que focalizaram seus estudos na Escola Visconde de Cairu. Destacam-se as dissertações de mestrado intituladas “Escola de Japoneses: a construção da etnicidade em Mato Grosso do Sul” da Cláudia Regina de Brito (2000) e “Herança cultural e trajetórias sociais nas memórias de professoras aposentadas de origem japonesa [...]”, da Miriam Mity Nishimoto (2011).

Desta forma, expõe-se a seguir sobre o desenvolvimento da cidade de Campo Grande, especialmente durante o período em que se materializou a criação e consolidação da escola, para logo em seguida argumentar sobre as primeiras instituições escolares privadas/públicas, enfatizando a importância da escola escolhida para este estudo. Desta forma, a pesquisa parte de breve contexto histórico do ensino primário em Campo Grande para delinear a história da Escola Visconde de Cairu, no período de 1918 a 1945.

## O MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE: DE VILA A CIDADE

Na passagem do século XIX para o XX, à medida que o cultivo de café ganhava espaço como principal produto da economia brasileira, a força de trabalho africana e escravizada era substituída por imigrantes europeus/asiáticos assalariados. O país se tornou um local de grande demanda de imigrantes, estes que vinham em busca de emprego e eram provenientes de diferentes nacionalidades: alemães, chineses, italianos, japoneses, paraguaios e portugueses, por exemplo. O Brasil recebeu em torno de 3.700.000 milhões de imigrantes no período de 1887 a 1930<sup>4</sup>, seu traslado e instalação foram financiados pelo Governo Federal e pelos grandes proprietários de terras que estavam investindo no café. (FRANÇA, 2008).

No Brasil, o movimento migratório, mais precisamente o japonês, se deu em três períodos distintos: de 1908 a 1925 subsidiado pelo governo do Estado de São Paulo e fazendeiros; de 1926 a 1941 pelo governo nipônico e o terceiro, de 1942 a 1951, marcado pelo fim do apoio japonês. Tais levas migratórias totalizaram 189.715 imigrantes nipônicos. (FRANÇA, 2008; KUBOTA, 2008). Já no sul do estado de Mato Grosso, mais precisamente no município de Campo Grande, a imigração nipônica teve início no ano de 1909, com cerca de 75 indivíduos a fim de trabalharem na construção da Estrada de Ferro Noroeste. Na década de 1920, o município já contava com 50 famílias japonesas, bem como na década de 1950 esse número subiu para 600. (KUBOTA, 2008).

Neste cenário, insere-se Campo Grande, que até 1910 era uma vila de pequeno porte que não dispunha de infraestrutura para receber grande número de migrantes e de imigrantes. De acordo com o A Instrução em Campo Grande (1934, p. 12):

A vida de Campo Grande apresenta o aspecto dos pequenos povoados em formação. Casas esparsas deixando entre elas grandes intervalos, semeiam o branco de suas pinturas e o vermelho dos telhados no verde escuro da vegetação, dando ao conjunto uma aparência agradável. E esse pequeno povoado de aparência agradável cresceu natural e rapidamente semelhante as pequenas plantas que em seu solo fértil vemos germinar, crescer produzindo flores perfumosas de matizes vários e frutos cheios de viço e propriedades nutritivas.

Nesse momento histórico, Campo Grande também não tinha estrutura suficiente para escoação comercial entre cidades metropolitanas e portuárias do Brasil. (ROCHA, 2010). No sul de Mato Grosso a referência era a cidade de Corumbá, a qual até os anos 1930 foi o terceiro maior porto do país. Entretanto, a cidade “morena”<sup>5</sup>, no final do mesmo decênio, foi elevada a cidade, mais especificamente “[...] por intermédio da Lei Estadual n. 772 de 16 de julho de 1918 [...]” (CABRAL, 1999, p. 37), o que em pouco tempo a colocaria entre as três principais cidades de Mato Grosso, tendo à frente apenas Cuiabá (capital) e Corumbá (cidade portuária). Consequentemente, os vereadores aprovaram medidas com a intenção de melhorar a estrutura do município de Campo Grande. Entre elas pode-se citar, em 1914, a autorização de se utilizar os córregos (Segredo e Prosa) para o abastecimento de água, bem

como foi permitida a “[...] contratação de serviços de luz e força elétrica [...]” e aprovada a abertura de armazéns. (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005, p. 14).

Ainda em 1914, apontam-se outros fatores que favoreceram para o desenvolvimento acelerado de Campo Grande: a inauguração da Estação Ferroviária Noroeste do Brasil, a sua posição geográfica promissora para agricultura e pecuária e ao impulso dado pelas “[...] levas migratórias nacionais (paulistas, mineiros, gaúchos) e estrangeiras (paraguaios, árabes, japoneses, portugueses, italianos).” (BITTAR, 2009, p. 193). Foi neste contexto que os imigrantes japoneses, principalmente da província de Okinawa<sup>6</sup>, seguiram para o sul do Estado de Mato Grosso, pois participaram da construção da estrada de ferro. Brito (2000, p. 57) corrobora dizendo que “[...] a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil reuniu um grupo heterogêneo de funcionários, incluindo ex-escravos e imigrantes de diferentes países [gregos, italianos, japoneses e portugueses], bem como trabalhadores nacionais dos mais diversos Estados.”

Gomes<sup>7</sup> (2004, p. 43) evidencia a importância da ferrovia, pois, por meio dela, chegavam do estado de São Paulo os operários especializados “[...] na agricultura, negociantes, artistas, ferreiros, pedreiros, pintores, curtidores, marceneiros, serradores, jornaleiros e etc.” Além disso, os alimentos produzidos no município eram levados pelos vagões da Noroeste do Brasil para as regiões mais desenvolvidas do país. O referido autor salienta, ainda, que de 1910 a 1918 o município teve um aumento de dez vezes em sua produção, isso porque os proprietários de terras que se dedicavam no sul de Mato Grosso à criação de gado e os fazendeiros paulistas que plantavam café precisavam comprar produtos alimentícios para prover suas necessidades básicas. Acontecimentos que são corroborados na mensagem apresentada ao General Caetano Manoel de Faria e Albuquerque (1915-1917), presidente do Estado de Mato Grosso, à Assembleia Legislativa (MATO GROSSO, 1916, p. 18):

No municipio de Campo Grande, especialmente, o desenvolvimento das plantações de milho e feijão se tem accentuado de maneira apreciável. Pelas informações que tem recebido esta Secretaria, de pessoa idônea incumbida de verificar o estado das culturas em Campo Grande, sabe-se que aquella villa já é abastecida em gêneros alimentícios (cereaes) pelos núcleos de colonos nacionaes e japonezes, que se têm formado ao longo da via férrea. Esse facto, muito auspicioso, bem justifica as medidas ultimamente postas em pratica, para facilitarem o desenvolvimento dessas colônias.

Desta forma, a infraestrutura de Campo Grande se modernizou e sua economia cresceu incentivada pela expansão da rede ferroviária, que facilitou a entrada de grande número de imigrantes (árabes, japoneses, espanhóis, portugueses e italianos), além de comerciantes e fazendeiros de outras regiões do Brasil. Consequentemente, no final da década de 1918, além dos 500 prédios, o município contava com cerca de 5.000 habitantes, entre estes, os japoneses, que após a construção da ferrovia se dedicavam à agricultura de subsistência e ao abastecimento do mercado local. (CONGRO, 2003<sup>8</sup>).

Na década de 1920, Campo Grande havia se transformado no centro das atividades econômicas e políticas, se destacando como maior centro de agricultura e de comércio do estado de Mato Grosso, visto que já contava com mais de uma centena de casas comerciais (farmácias, padarias, agência de automóveis, fábricas de gelo, bebidas, massas alimentícias, arreios, malas, marcenarias, serralheria, entre outros), além de duas agências bancárias, ou seja, o município apresentava uma situação privilegiada que alavancava sua vida econômica. (GOMES, 2004, MORAIS, 2007<sup>9</sup>). No ano de 1921, contava com rede telefônica e iluminação pública, implantou-se o Comando Militar do Oeste e permitiu aos seus moradores abastecimento de água potável. Neste contexto, a cidade “morena” registrava 950 casas e sua população superava 8.200 habitantes, inclusive de origem japonesa como afirma Gomes (2004, p. 53), pois “Nos arredores de Campo Grande há uma verdadeira colônia de japoneses, com mais de mil pessoas.”

No ano 1930, a cidade “[...] era considerada a capital econômica e militar de Mato Grosso, tendo em vista sua importância política, econômica e social, concentrando discussões sobre a divisão do Estado [...]” (RODRIGUÊS; SIQUEIRA, 2014, p. 20), bem como, no fim do mesmo decênio, Campo Grande gerava mais renda que as demais cidades Mato-Grossenses, contando com cerca de 50 estabelecimentos comerciais e 73 oficinas e indústrias. (TRUBILIANO; MARTINS JUNIOR, 2008).

Entre os anos de 1930 e 1940, Campo Grande continuava a se transformar com a instalação da Empresa de Correios e Telégrafos e de vários edifícios de moderna estrutura, com três, quatro, cinco e seis pavimentos. O município, em 1940, contava com 50.281 habitantes, ficando atrás apenas da capital de Mato Grosso que contava em 54.770 sua população. (IBGE, 1941).

É neste cenário que em Campo Grande surgiram os primeiros estabelecimentos de ensino, com pioneirismo da iniciativa particular, atendendo, de alguma forma, as demandas da população sul-mato-grossense pela escolarização das crianças e dos jovens da cidade.

## **CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS PRIMÁRIAS EM CAMPO GRANDE**

As primeiras escolas em Campo Grande foram criadas após 1910, impulsionadas pela iniciativa privada como evidenciava a mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do governador de Mato Grosso, no ano de 1909, pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa (1908-1911), a maioria dos municípios da região sul do estado não contavam com escolas públicas “Nem um município do Sul, á exceção de Corumbá, possui cadêa, nem custeia uma só escola.” (MATO GROSSO, 1909, p. 14).

Sendo assim, de acordo com Rocha (2019), no ano de 1911, em Campo Grande se registrava o funcionamento de duas escolas particulares de nível primário, com total de 60 alunos. O govenador do estado de Mato Grosso, Joaquim A. da Costa Marques (1911-1915),

na mensagem dirigida à Assembleia Legislativa no ano de 1913, além de ratificar a existência de escolas particulares no mencionado município, aponta a dificuldade dos professores em continuar morando na promissora vila: “Ensino primário era ministrado em duas escolas particulares. A falta de professores para escolas d’esta villa e de outras do Sul do Estado se aplica pela carestia da vida n’esses logares, em desproporção com os vencimentos que percebem.” (MATO GROSSO, 1913, p. 12). Nota-se que a iniciativa particular iniciou a educação primária na região sul do citado estado, e mais especificamente em Campo Grande.

No ano de 1912, o governo estadual criou as primeiras escolas públicas na chamada cidade “morena”, ou melhor, “Estava se concluindo uma casa para escola, mas sem as accommodações necessarias. Nenhuma das escolas publicas ali creadas estavam funcionando por falta de professores; no entanto já é bastante numerosa sua população escolar.” (MATO GROSSO, 1913, p. 11). As mencionadas escolas foram instaladas somente no ano de 1914, conforme relata o governador Joaquim A. da Costa Marques em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa no ano de 1915, sendo uma masculina e uma feminina no município de Campo Grande, contendo respectivamente 36 e 35 matrículas, e uma mista no povoado de Santa Rita do Rio Pardo, com 31 matrículas.

A primeira escola municipal, por sua vez, foi criada e instalada no ano de 1913 e contava com 70 alunos, sendo 51 do sexo masculino e 19 do sexo feminino, conforme evidenciado no fragmento a seguir: “Em Corumbá e em Campo-Grande a tambem escolas custeadas pela municipalidade e cuja matricula montou em 398 alumnos e a frequencia em 290.” (MATO GROSSO, 1914, p. 25).

Na mensagem de 1918, dirigida à Assembleia pelo governador de Mato Grosso Dom Francisco Aquino Corrêa (1918-1922), evidencia-se a presença da iniciativa particular na educação em Campo Grande, mediante a instalação da Escola Republicana, que estava funcionando há cerca de três anos, ou seja, desde o ano de 1915, nesta havia “[...] uma secção de música e outra de trabalhos manuais e desenho [...]” (MATO GROSSO, 1918, p. 35), na mesma mensagem o governador informava a respeito das escolas públicas mantidas pelo governo estadual que haviam aumentado para seis.

Em 1917, verifica-se a expressiva participação da iniciativa privada na oferta do ensino no município: o inspetor escolar responsável pelas escolas de Campo Grande em seu relatório faz menção às instituições privadas e destaca que “[...] se póde calcular em mais de 20 escolas particulares do municipio, distribuídas pelas fazendas, com uma frequencia total de 300 creanças, approximadamente, que ahí recebem a necessária instrução.” (MATO GROSSO, 1918, p. 35). Estudos apontam que neste ano foi inaugurada também, na zona urbana, a instituição de ensino particular denominada Instituto Pestalozzi<sup>10</sup>, que havia sido aberta em Aquidauana<sup>11</sup> por Arlindo de Lima<sup>12</sup>, em 1915. Com o passar do tempo, no entanto, o estabelecimento foi transferido e instalado na cidade “morena” a pedido da intendência de Campo Grande (ROSA, 1990), conforme certifica a mensagem do presidente de Mato Grosso Dom Francisco Aquino Corrêa, à Assembleia Legislativa em 1918.

Nesta cidade [Campo Grande], de povoação já numerosa, diversas casas de ensino têm sido fundadas. Salienta-se, dentre estas, o Instituto Pestalozzi, creado e dirigido pelo esforço do Dr. Arlindo de Andrade Lima, que soube dar-lhe um corpo docente uniforme, todo elle composto de profissionaes do ensino paulista. Ministra a instrucção primaria e secundaria, tendo um curso normal especializado, junto ao qual funciona uma secção infantil, muito frequentada. À matricula foi de 210 alumnos. (MATO GROSSO, 1918, p. 35).

O intendente Rosário Congro<sup>13</sup> confirmava, no relatório municipal<sup>14</sup> de 1918, que a iniciativa privada se fazia presente para além da Escola Republicana e o Instituto Pestalozzi, antes mencionados, que ofereciam ensino primário em regime de internato e externato para ambos os sexos, e também faz referência à Escola Japonesa que oferecia o nível primário para os estudantes japoneses e era “[...] bem frequentada, mantida pela colônia japonesa [...]”. (CONGRO, 2003, p. 66). Outrossim, a respeito das escolas públicas se registrava a existência de quatro municipais e seis estaduais. (CONGRO, 2003).

Na tabela 1, a seguir, constam os dados referentes ao número de escolas particulares localizadas no estado de Mato Grosso, no ano de 1919, bem como os dados relativos às matrículas.

Tabela 1 – Número de escolas particulares e quantidade de alunos matriculados

Município	1919			
	Escolas	%	Alunos matriculados	%
Cuiabá (capital)	7	9,21%	620	18,1%
<b>Aquidauana</b>	13	17,1%	425	12,3%
Araguaia	1	1,3%	66	1,9%
<b>Bela Vista</b>	2	2,63%	71	2,0%
Cáceres	9	11,8%	269	7,8%
<b>Campo Grande</b>	22	28,9%	719	20,8%
<b>Corumbá</b>	7	9,21%	839	24,3%
<b>Coxim</b>	3	3,94%	40	1,1%
<b>Miranda</b>	2	2,63%	80	2,3%
Poconé	4	5,26%	50	1,4%
<b>Porto Murтинho</b>	1	1,3%	81	2,3%
<b>Três Lagoas</b>	5	6,57%	182	5,2%
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100 %</b>	<b>3.442</b>	<b>100 %</b>

Fonte: Organizada pelos autores com base nos dados de Mato Grosso (1920, p. 31).

No ano de 1919, registravam no município de Campo Grande 22 instituições particulares de ensino primário, e o número de alunos era de 719, evidenciando, portanto, a importância do município que somava mais que o triplo de instituições de escolas em relação

à capital Cuiabá. Nota-se, também, que nesse momento histórico a iniciativa particular na região sul do estado de Mato Grosso, via Campo Grande, rapidamente expandiu-se na ausência de escolas mantidas pelo poder público.

Em 1923, foi implantado em Campo Grande, pelo professor Luís Alexandre de Oliveira<sup>15</sup>, o Instituto Rui Barbosa, mas essa instituição escolar, que oferecia somente o ensino primário, não prosperou e fechou as portas<sup>16</sup>. (ROCHA, 2010). Três anos depois foi instalado o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, fundado pelas irmãs Salesianas, na Rua 26 de Agosto, em um prédio provisório, mas, com o passar do tempo, transferiu-se para instalações mais adequadas. No ano de 1928, Morais (2007) evidencia a existência de 13 escolas particulares funcionando em Campo Grande, além das já mencionadas, também registra a Escola Visconde de Cairu, esta que, segundo Gomes (2004, p. 55), afastou “[...] mais de cinquenta japoneses das escolas brasileiras.”

Antes de abordar questões relacionadas com a criação, instalação e consolidação da escola japonesa denominada de Visconde de Cairu, é válido lembrar que no final da década de 1920 a iniciativa particular também foi responsável pela criação dos primeiros estabelecimentos de ensino secundário na região supracitada (ROCHA, 2010), tais como o Instituto Pestalozzi (atualmente Colégio Dom Bosco), Colégio Osvaldo Cruz e Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

## **ESCOLA “JAPONESA” VISCONDE DE CAIRU: DE ESCOLA RURAL A URBANA**

O prédio da Escola Visconde de Cairu foi construído em terras doadas por japoneses, recebendo inicialmente o nome de Escola Japonesa de Hanja<sup>17</sup> e contava com uma matrícula de 12 alunos sob os cuidados do professor Tokuryo Asato<sup>18</sup>. Na Revista Arca foi encontrada a informação de que a citada Escola Japonesa – mais tarde denominada de Escola Visconde de Cairu – foi uma das três escolas construídas pela colônia japonesa:

[...] Na ausência de uma assistência eficiente do Estado à Colônia, resolveram o problema criando três escolas: a Boa Vista, outra no Ceroula, e a que é hoje a Escola Visconde de Cairu, na zona rural, em 1918, num lugar denominado Chacrinha<sup>19</sup>; passando mais tarde para o prédio na Rua Antônio Maria Coelho, aproximadamente no ano de 1920. (A FERROVIA..., 1991, p. 20).

Na época em que se planejava a instalação da denominada Escola de Hanja, em 1918, os associados da colônia<sup>20</sup> se organizaram para construir a escola de língua japonesa em Campo Grande, em terras cedidas por Jiro Oshiro. Primeiramente, foi pensado em construir uma escola com cobertura de palha, mas chegaram à conclusão de que ela seria vulnerável a incêndio. Sendo assim, os integrantes da colônia japonesa uniram força com “Alguns voluntários, que nem eram pais dos futuros alunos, [que] doaram telhas, tijolos, janelas etc.,

possibilitando a construção [da escola] em alvenaria.” (ESCOLA VISCONDE DE CAIRU, 2001, p. 38).

Com o passar do tempo e para atender à crescente demanda dos imigrantes japoneses, os líderes da comunidade japonesa resolveram transferir para zona urbana o referido estabelecimento de ensino, a princípio para atender os filhos dos imigrantes. Em 1924 foi comprado um terreno com uma casa<sup>21</sup>, também de alvenaria, na qual a escola foi instalada com capacidade para atender suficientemente 30 alunos. Conforme reforça o ex-aluno Yoshiharo Guenka, “Era uma casa de alvenaria e o método era difícil e eficiente, aprendia-se logo a ler e escrever”. (ESCOLA VISCONDE DE CAIRU, [19--], p. 4). No entanto, na Revista Arca foi apontado que no ano de 1924 atendiam-se na escola pelo menos 80 alunos.

Em 1925, a referida escola foi denominada de “Escola Japonesa de Campo Grande”, mas em 1927 passou a ser chamada de Escola Visconde de Cairu, com objetivo de homenagear o conhecido diplomata, advogado e político do século XVIII. (AYUMI, 2008). Mas, a Ata encontrada nos arquivos da escola, referente ao ano de 1933, altera o nome da escola para Escola Particular Visconde de Cairu, conforme fragmento abaixo:

Após discutirem os vários aspectos referentes à implantação da Escola, tais como: prédio, professores, nome da Escola, início das atividades, foi decidido que o Estabelecimento de Ensino, ora fundado, passaria a denominar-se “Escola Particular Visconde de Cairu”, cujo início de funcionamento dar-se-ia a partir do ano letivo de hum mil, novecentos e trinta e quatro. (ESCOLA VISCONDE DE CAIRU, 1933, p. 1).

A Tabela 2 evidencia a importância que a Escola Visconde de Cairu tinha na cidade de Campo Grande em 1933, pois contava com 97<sup>22</sup> alunos matriculados no ensino primário particular.

Tabela 2 – Instituições de ensino em campo grande em 1933

Nome do estabelecimento	Primário	Ginasial	Normal	Comercial	Total
Ginásio Municipal [Dom Bosco]	191	171	-	-	362
Colégio N. S. Auxiliadora	204	-	85	67	356
Internato Osvaldo Cruz	28	101	-	14	143
Escola Modelo e Normal	654	-	28	-	682
Escola Ativa Visconde de Taunay <sup>23</sup>	321	-	-	-	321
Patronato B. do Rio Branco	66	-	-	-	66
Escola Visconde de Cairú	97	-	-	-	97
Escola Antonio João	177	-	-	-	177
Externato São José	44	-	-	-	44
Escola Propedêutica	53	-	-	-	53
7 Escolas mantidas pelo Governo	279	-	-	-	279
	2.114	272	113	81	2.580

Fonte: A Instrução em Campo Grande (1934, p. 03).

A Escola Visconde de Cairu teve três diretores antes do professor Luiz Alexandre de Oliveira assumir a direção (1939 a 1970), foram eles: Tokuryo Asato (1918), João Akamine (1933 a 1936) e Koiti Shibata (1937 a 1938). Sobre os diretores foi observado que eram todos, até o período estudado, do sexo masculino e três de origem japonesa<sup>24</sup>, salvo os momentos em que a professora Ayd Camargo Cesar substituiu o professor Luiz Alexandre.

As disciplinas oferecidas pela Escola Visconde de Cairu entre os anos de 1933 e 1945 eram: Português, Caligrafia, Aritmética, Higiene, Geografia, Ginástica e Trabalhos Manuais nos primeiros anos. É importante ressaltar, segundo fontes primárias da mencionada escola, que nos anos de 1935, 1937, 1938 e 1941 a disciplina de Trabalhos Manuais não era ofertada à turma da 1ª série. Entretanto, nos últimos, acrescentava-se na formação dos alunos História Natural e História do Brasil, apontando, por um lado, que a escola buscava ensinar para além do estabelecido no artigo quarto do Decreto n. 265, de 22 de outubro de 1910 em vigência<sup>25</sup>. Por outro lado, a disciplina de Deveres Cívicos e Morais não era oferecida, divergindo, portanto, do estabelecido no mesmo decreto, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – disciplinas da escola Visconde de Cairu

<b>Escola Visconde de Cairu</b>	<b>Decreto n. 265/1910</b>
1ª e 2ª série: Português, Caligrafia, Aritmética, Higiene, Geografia, Ginástica e Trabalhos Manuais.	1ª a 4ª séries: Leitura, escrita, cálculo aritmético sobre números inteiros e frações, língua materna, geografia do Brasil, deveres cívicos e morais, trabalhos manuais apropriados à idade e ao sexo dos alunos.
3ª e 4ª série: Português, Caligrafia, Aritmética, Higiene, Geografia e Ginástica. História Natural, História do Brasil e Trabalhos Manuais.	

Fonte: Organizado pelos autores com base nos dados da Escola Visconde de Cairu (1933 a 1948), e do Mato Grosso (1910).

Neste sentido, mesmo não sendo foco deste estudo, é importante apresentar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)<sup>26</sup>, instituição esta que até o ano de 1942 publicou 22 estudos, em forma de boletins, referentes à organização do ensino primário e normal, os quais foram sistematizados “[...] para uma representação de esforços dos estados brasileiros, no sentido de maior desenvolvimento do ensino primário em que o governo federal mantinha o controle sobre a educação primária e normal do país.” (PATROCÍNIO, 2016, p. 94). Segundo a mesma autora, tais publicações

Tinha o objetivo de descrever as instituições espalhadas pelo país no que diz respeito à educação escolar, documentando como era realizado o Ensino Primário e Normal, as normas e princípios regentes de cada instituição e o seu alcance na sociedade, além de expor os planos de formação do magistério e as bases de carreira do professor de cada Estado da União. Era feito um diagnóstico, tanto para o Ensino Primário quanto para o Ensino Normal, apresentados em quadros estatísticos com

informações do ensino primário estadual, municipal e particular em relação a matrícula efetiva, frequência efetiva, frequência média, promoções, conclusões de curso e aprovações em geral. (PATROCÍNIO, 2016, p. 93).

Desta maneira, é que no ano de 1942, com o boletim de número 22, foi publicado o Regulamento da Instrução Pública do estado de Mato Grosso, que se baseia nos Decretos nº 759 de 22 de abril de 1927, nº 112, de 29 de dezembro de 1937 e nº 226, de 23 de dezembro de 1938 para constituir as diretrizes acerca da instrução pública do mencionado estado. No mesmo boletim, considerando o programa de ensino, o item 13, denominado de Ensino Particular, evidencia que as instituições primárias de iniciativa privada deveriam, sob pena de fechamento temporário, ministrar todo o ensino na língua nacional, bem como oferecer a disciplina de História da Civilização e do Brasil, Geografia e Educação Moral e Cívica. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 1942).

Considerando o exposto no boletim nº 22, observa-se que nada se altera em relação à obrigatoriedade das disciplinas apresentadas no Decreto nº 265, de 22 de outubro de 1910, mas em contrapartida, realça o nacionalismo presente no país, ou seja, o ensino não poderia “[...] perder as características de brasilidade [...]” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 1942, p. 16), pois o item 14 denominado de Nacionalização do Ensino evidencia que “As autoridades de educação do estado, além de fiscalizarem as escolas particulares de acordo com as normas determinadas pelo Decreto n.º 226, de 23/12/1938, promoverão o cumprimento dos dispositivos legais adotados pelo governo da união por parte dos estabelecimentos de ensino.” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 1942, p. 17).

Assim sendo, ratifica-se a informação contida no Quadro 1, pois percebe-se, considerando as fontes primárias da escola, que a instituição estudada não oferecia, ao menos no período estudado, a disciplina de Educação Moral e Cívica, ou seja, estava em discordância com a legislação e, conseqüentemente, sob risco de duras penalidades.

Sobre os alunos, a Tabela 3 registra as matrículas nos anos de 1933 a 1945, no turno matutino e vespertino. Nos primeiros três anos, foi possível identificar os alunos que ascenderam do ensino secundário.

Tabela 3 - Número de matrículas na escola Visconde de Cairu (1933 a 1945)

Ano	1°		2°		3°		4°		Total de Matrículas	Admitido no ensino secundário
	M	V	M	V	M	V	M	V		
1933	25	-	6	27	11	-	4	-	73	- Tohiyo Oshiro (Escola Normal – Curso anexo) - Sheico Toma (Ginasial – Osvaldo Cruz) - Mitsue Arima (Escola Activa – Curso admissão)
1934	45	-	32	-	12	-	8	-	97	- Tunió Kaubagawa (Ginasial – Osvaldo Cruz) - Seige Toma (Ginasial – Osvaldo Cruz)
1935	41	-	37	-	22	-	6	-	106	- Toció Yamachi (Ginasial – Osvaldo Cruz) - Yocikatou Higa (Ginasial – Escola Municipal) - Kassao Hiyane (Ginasial – Escola Municipal)
1936	28	28	42	-	22	-	18	-	138	-
1937	49	-	31	-	27	-	17	-	124	-
1938	36	-	35	-	25	-	17	-	113	-
1939	65	-	31	-	37	-	14	-	147	-
1940	60	-	46	-	27	-	28	-	161	-
1941	56	-	48	-	38	-	25	-	167	-
1942	84	-	43	-	34	-	26	-	187	-
1943	89	-	47	-	33	-	23	-	192	-
1944	106	-	47	-	38	-	33	-	224	-
1945	41	55	51	-	46	-	21	-	214	-
<b>Total</b>									1.943	-

Fonte: Organizada pelos autores com os dados da Escola Visconde de Cairu (1933 a 1948).

Nota: Sinais utilizados.

M – matutino.

V – vespertino.

O número de matrícula aumentou de 1933 a 1936 de 73 para 138 alunos, ou seja, nestes três anos a escola passou a ter mais 65, que equivale, em dados percentuais, a pouco mais de 89,0% de expansão. Entretanto, entre os anos de 1936 e 1938, respectivamente, aconteceram quedas nas matrículas de 10,1% e 8,8%. Entre os anos de 1938 e 1944, por conseguinte, a escola voltou a crescer em número de matrícula, totalizando aumento de 34 (30,0%), de 14 (9,5%), de 6 (3,7%), de 20 (11,9%), de 5 (2,6 %) e de 32 (16,6%). Por fim, no ano de 1945 nota-se mais uma vez queda de 10 (4,4%).

Da primeira turma que se formou no ensino primário, quase todos os alunos (3) foram admitidos no ensino secundário, o que não ocorreu nos anos seguintes, pois no ano de 1934 apenas dois alunos, de um total de oito, foram aceitos e no ano de 1935, metade ascendeu ao nível mais elevado. A escola atendia principalmente no turno matutino, pois das 55 turmas supracitadas, apenas três (1933, 1936 e 1945) eram oferecidas também no turno vespertino.

Os alunos residiam em regiões próximas da escola, principalmente Vila Ferroviária, São Francisco e Centro, bem como em regiões nas imediações dos córregos Bandeira, Prosa e Segredo. Ainda sobre o local de residência dos alunos da Escola Visconde de Cairu, chama atenção a existência de um aluno que era proveniente da região do Ceroula, zona rural do Município de Campo Grande, pois nessa localidade também foi aberta uma escola de ensino primário pela colônia, conforme já evidenciado no texto, que mais tarde foi municipalizada<sup>27</sup>. Sabe-se, também, que a colônia do Ceroula foi criada a partir da divisão da colônia Mata do Segredo.

Das três escolas primárias implantadas nas colônias japonesas, afirma-se que uma foi fundada por um professor paulista e apenas a Escola Visconde de Cairu prosperou, atendendo estudantes campo-grandenses, especialmente de origem japonesa, até os dias de hoje.

A fim de evidenciar a nacionalidade dos alunos da Escola Visconde de Cairu, elaborou-se a seguir a Tabela 4:

Tabela 4 – Nacionalidade dos alunos da escola Visconde de Cairu (1936 a 1945)

	Nacionalidade											Total	
	Brasileira								Outras				
	Aquidauana	Bonito	Campo Grande	Entre Rios	Ponta Porã	São Paulo	Terenos	Três Lagoas	Argentina	Japão	Paraguai	Não Informado	
<b>1936</b>	-	-	44	-	-	2	-	-	-	-	-	10	56
<b>1937</b>	-	-	32	-	-	-	-	-	-	1	-	16	49
<b>1938</b>	-	-	26	-	-	-	-	-	-	-	-	10	36
<b>1939</b>	-	-	60	-	-	-	-	-	-	3	-	2	65
<b>1940</b>	2	-	51	-	-	2	-	1	1	1	-	2	60
<b>1941</b>	-	-	50	1	1	-	-	-	-	-	1	3	56
<b>1942</b>	-	-	71	-	-	-	-	-	1	1	-	11	84
<b>1943</b>	1	2	76	-	1	4	2	-	-	1	1	1	89
<b>1944</b>	1	-	-	-	-	-	-	1	-	2	1	101	106
<b>1945</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96	96
<b>Total</b>	4	2	410	1	2	7	2	2	2	9	3	252	697

Fonte: Organizada pelos autores com os dados da Escola Visconde de Cairu (1936 a 1945).

Desta forma, destaca-se que no final da década de 1930 até a metade da década de 1940, os dados apontam que os alunos da Escola Visconde de Cairu, apesar de predominantemente serem descendentes de japoneses, haviam nascido no Brasil, principalmente no município de Campo Grande, perfazendo o total de 58,8%. A partir do ano de 1941, nota-se uma sequência de aumento em relação ao número de alunos com nacionalidade brasileira, já nos anos de 1944 e 1945, período em que o Brasil declara guerra ao eixo (Itália, Alemanha e Japão), o número de alunos que foram declarados de “não informado” aumentou consideravelmente.

Sobre os professores, apresenta-se o Quadro 2, a fim de melhor expor a origem do corpo docente, bem como o tempo em que cada um exerceu sua função na Escola Visconde de Cairu.

Quadro 2 - Corpo docente da escola Visconde Cairu

Nome	Naturalidade	Nomeação
João Akamine <sup>28</sup>	Okinawa Kew	1931 a 1936
Yolanda Valentina da Rosa	nd	1931 a 1932
Onira Santos <sup>29</sup>	Cuiabá	1932 a 1934
Constança A. S. Lima	Cuiabá	1932 a 1934
Yuichi Homma <sup>30</sup>	Niigata Hem Salogashima Nipon	1933 a 1936
Liberalina Alves	Ponta Porã	1934
Maria Emilia E. Pinheiro <sup>27</sup>	Aquidauana	1934
Rosalida Camargo Cesar <sup>27</sup>	Campo Grande	1935 a 1937
Olinda do Oliveira	Três Lagoas	1935
Balbina Aзуaga	Campo Grande	1935 a 1938
Hana Yamashiro	Okinawa Kew	1936 a 1938
Vera de Figueiredo Correa	Corumbá	1936 a 1945
Wanda de Oliveira	Cuiabá	1938 a 1940
Ayd Camargo Cesar	Campo Grande	1938 a 1958
Tohiyo Oshiro	Campo Grande	1940 a 1943
Ucy I. Nagamine	Santos	1940 a 1947
Elza de Almeida Santiago	Cuiabá	1943 a 1947
Astrogilda de Figueiredo	Rosário do Oeste	1945 a 1947
Mariana dos Santos	Corumbá	1946 a 1947

Fonte: Organizado pelos autores com os dados da Escola Visconde de Cairu (1931 a 1947).

Entre a década de 1930 e 1940, fizeram parte do corpo docente da Escola Visconde de Cairu, com predominância de mulheres, variando de 1 a 20 anos o tempo de docência, 19 professores. Três eram provenientes do Japão, com formação em curso normal, ou similar; quatro de Cuiabá e Campo Grande; dois de Corumbá; Aquidauana, Ponta Porã, Rosário do Oeste, Santos e Três Lagoas apenas um docente de cada. Os brasileiros perfaziam o total de 15<sup>31</sup> (78,9%) docentes e todos tinham formação em nível secundário (Colégios, Escola de Comércio, Escola Normal, Ginásios e Institutos), desses 11 (68,7%) completaram o curso

normal, ou seja, de formação específica para professores. É relevante mencionar que em 1928 a escola recebia subvenção<sup>32</sup> de 2:400\$000 da intendência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Campo Grande, em menos de uma década, deixa de ser uma vila interiorana para tornar-se uma das principais cidades do sul de Mato Grosso, ficando atrás apenas de Cuiabá (Capital do Estado) e de Corumbá (Cidade portuária). Destaca-se que a construção da Estação Ferroviária Noroeste do Brasil na cidade foi um dos principais fatores que possibilitaram o seu rápido crescimento, ligando principalmente ao estado de São Paulo, o que favoreceu o escoamento dos cereais e a chegada de operários especializados, assim como a chegada dos imigrantes japoneses na mencionada cidade, situada na região brasileira considerada a 3ª com maior população de descendentes nipônicos<sup>33</sup>.

No ano de 1911 foram criadas e implantadas, pela iniciativa particular, as primeiras escolas primárias em Campo Grande, ratificando que o ensino campo-grandense não foi promovido pelo poder público. Pois o governo estadual criou escolas estaduais no mencionado município apenas no ano de 1912, mas elas só foram implantadas dois anos depois. A municipalidade, por sua vez, criou e instalou uma escola no ano de 1913, no entanto, é notável a predominância de instituições particulares.

No que tange à Escola Visconde de Cairu, é relevante evidenciar que sua primeira turma constava com 12 alunos, mas com o passar do tempo esse quantitativo foi crescendo, chegando ao final da década de 1930 ao número de 147 matrículas. A escola iniciou suas atividades na zona rural, mas em pouco tempo foi transferida para a área urbana, atendendo especialmente no turno matutino.

Sobre os alunos, em sua maioria eram descendentes de japoneses, nascidos principalmente no Município de Campo Grande. Nos anos de 1944 e 1945, o número de naturalidade/nacionalidade não informado foi bastante expressivo, fato que pode indicar relação com a entrada do Brasil no cenário da segunda guerra mundial<sup>34</sup>. Os alunos residiam em regiões próximas da escola, principalmente nas imediações dos córregos Bandeira, Prosa e Segredo, fato que está relacionado com a produção de hortifrutigranjeiros<sup>35</sup>.

Entre os anos de 1933 e 1935, boa parte dos formandos no quarto ano eram admitidos em cursos secundários oferecidos na cidade de Campo Grande, como no Ginásio Osvaldo Cruz e Ginásio Municipal. Todavia, encontrou-se no ano de 1949, ou seja, para além do período da proposta de estudos, informações sobre uma turma de 30 alunos concluintes do ensino primário, dos quais 18 (60,0%) obtiveram aprovação, quer dizer, a escola ampliou expressivamente a participação dos seus alunos no ensino secundário em Campo Grande: Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora (7), Ginásio Dom Bosco (1), Ginásio Municipal (2), Ginásio Osvaldo Cruz (4), Curso Normal (2), Ateneu Rui Barbosa (1) e Sistema Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)<sup>36</sup> (1).

O corpo docente era formado, em sua grande maioria, por professores do sexo feminino e brasileiros, além de todos apresentarem formação completa no ensino secundário, desses 68,8% tinham formação específica para a profissão. A professora Tohiyo Oshiro teve formação no curso primário na Escola Visconde de Cairu em 1933, realizou curso na Escola Normal de Campo Grande e posteriormente, mais precisamente em 1940, integra o corpo docente da escola objeto deste estudo. Ainda, entre os anos 1932 e 1935, três professoras foram nomeadas pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua, de alguma forma, com o preenchimento de lacunas ainda existentes na História da Educação de Mato Grosso do Sul, especialmente de Campo Grande. Intenciona-se, também, que este texto possibilite que outras questões e reflexões sobre a Escola Visconde de Cairu sejam evidenciadas em futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

A FERROVIA noroeste do Brasil: colonização japonesa e alemã. **ARCA: Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande**, Campo Grande, n. 2, 1991.

A INSTRUÇÃO em Campo Grande. **Jornal Folha da Serra**. Campo Grande, 1934.

AYUMI. **A saga da colônia Japonesa em Campo Grande** (comemoração do centenário da vinda dos japoneses para o Brasil). Campo Grande: [s. n.], 2008.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado**. Campo Grande: UFMS, 2009. 2 v.

BRASIL. **Decreto nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <https://bit.ly/3nCIR1a>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRITO, C. R. de. **Escola de japoneses: a construção da etnicidade em mato grosso do sul**. Campo Grande: UNIDERP, 2000.

CABRAL, P. E. Formação étnica e demográfica. In: CUNHA, F. A. M. da. (dir.). **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz, 1999. p. 27-62.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. **100 anos do Legislativo de Campo Grande** (1905 a 2005). Campo Grande: Gibim, 2005.

CONGRO, R. **O Município de Campo Grande**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003.

ESCOLA VISCONDE DE CAIRU. **A Fundação da Escola de Língua Japonesa**. Campo Grande, 2001.

ESCOLA VISCONDE DE CAIRU. **Ata de fundação da Escola Visconde de Cairu.** Campo Grande, 1933.

ESCOLA VISCONDE DE CAIRU. **Livro de média professores.** Campo Grande, 1936 a 1945.

ESCOLA VISCONDE DE CAIRU. **Livro de notas.** Campo Grande, 1933 a 1948.

ESCOLA VISCONDE DE CAIRU. **Livro ponto.** Campo Grande, 1931 a 1947.

ESCOLA VISCONDE DE CAIRU. **O Visconde na vida da colônia:** com educação não se brinca. Campo Grande, [19--].

FRANÇA, T. de N. **A substituição da mão-de-obra escrava e a opção pela Grande Imigração no Estado de São Paulo.** 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Economia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOMES, A. de A. **O Município de Campo Grande em 1922.** Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico:** sinopse preliminar. Rio de Janeiro, 1941. (Recenseamento Geral do Brasil de 1940). Disponível em: <https://bit.ly/3AeGs1y>. Acesso em: 16 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. **Regulamento da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso.** Livro nº 222. 1942. Disponível em: <https://bit.ly/3FDmRJH>. Acesso em: 05 out. 2020.

KUBOTA, N. F. L. A Manutenção das tradições na família japonesa em Campo Grande – MS. **REMHU/** Projeto Migratório e Família. Brasília: 2008, v. 16, n. 30, ano XVI, p. 165-181. Disponível em: <https://bit.ly/3fHmvaq>. Acesso em 04 jun 2020.

MATO GROSSO. **Decreto 226 de 23 de dezembro de 1938.** Normas relativas ao ensino primário nas escolas particulares em Mato Grosso. Disponível em: <https://bit.ly/3GLYHhs>. Acesso em: 24 maio 2020.

MATO GROSSO. Decreto nº 112, de 31 de dezembro de 1937. **Lex,** Cuiabá, ano 1947, n. 7646, p. 1-2, 1937.

MATO GROSSO. **Decreto nº 265 de 22 de outubro de 1910.** Regulamento Geral da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso. Livro nº 213, p. 119 - 153. Disponível em: <https://bit.ly/3tEvd15>. Acesso em: 12 maio 2019.

MATO GROSSO. **Decreto nº 759 de 22 de abril de 1927.** Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso. p. 163-227. Disponível em: <https://bit.ly/3AcPTPf>. Acesso em: 14 maio 2020.

MATO GROSSO. **Decreto nº4048 de 22 de janeiro de 1942.** Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1942, 121º da Independência e 54º da República. Disponível em:



RODRIGUÊS, A. de M.; SIQUEIRA, M. A. de O. História de Campo Grande–MS: uma abordagem da fundação e o marco inicial de seu desenvolvimento. **Revista Maiêutica**, v. 2, n. 1. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3Kmwtfv>. Acesso em: 24 maio 2020.

ROSA, M. da G. S. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul**: histórias de vida. Campo Grande: UFMS, 1990.

SILVA, J. M. da; MOREIRA, K. H. O Colégio Visconde de Taunay em Campo Grande na década de 1930. **Perspectiva em Diálogo**: Revista de Educação e Sociedade, Naviraí, v. 2, n. 4, p. 106-120, dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/32hNMwY>. Acesso em: 15 maio 2020.

TRUBILIANO, C. A. B. Algumas considerações sobre a Ferrovia Noroeste do Brasil: migração e ocupação em Campo Grande MT/MS (1905-1940). **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 13, n. 27, p. 233-251, jun. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3rw86TO>. Acesso em: 15 abr. 2019.

TRUBILIANO, C. A. B.; MARTINS JUNIOR, C. O progresso chega ao sertão: transformações urbanas em Campo no início do século XX. **Revista de História Regional**, v. 13, n. 2, p. 246-262, inverno, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3GJ0QKE>. Acesso em: 24 maio 2020.

#### AUTORIA:

\* Especialista em Docência em Biologia e Práticas Pedagógicas pela Universidade Cândido Mendes. Professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá. Contato: [jucileia.nascimento@gmail.com](mailto:jucileia.nascimento@gmail.com).

\*\* Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor substituto do Instituto Federal de Mato Grosso. Contato: [mp.rocha1983@gmail.com](mailto:mp.rocha1983@gmail.com)

\*\*\* Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Contato: [poroyan@uol.com.br](mailto:poroyan@uol.com.br)

#### COMO CITAR ABNT:

OLIVEIRA, J. N. de; ROCHA, M. P.; RODRÍGUEZ, M. V. Criação, instalação e expansão das primeiras escolas de Campo Grande/MS: escola japonesa “Visconde de Cairu” (1918-1945). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1-22, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8665242. Disponível em: <https://bit.ly.com/AYBrJM>. Acesso em: 4 maio 2022.

#### Notas

<sup>1</sup> Mais tarde passou a ser denominada de Escola Japonesa.

<sup>2</sup> A mencionada expressão faz referência ao Estado do Mato Grosso do Sul, este que foi criado no dia 11 de outubro de 1977, por força da Lei Complementar n. 31, o qual decretou o desmembramento de Mato Grosso, sendo sancionada pelo presidente militar Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979). O município de Campo Grande foi elevado a capital do referido Estado.

- <sup>3</sup> O termo “intendente” se referia ao chefe do poder executivo municipal, atualmente, denominado de prefeito.
- <sup>4</sup> Conforme Brito (2000, p. 40), “[...] em 18 de Junho de 1908, o vapor Kasato-Maru chega à Santos, trazendo a bordo 791 imigrantes, sob contrato, e 11 outros ‘independentes’, destinados às fazendas de café no interior do Estado de São Paulo, estabelecendo a corrente imigratória japonesa para o Brasil.”
- <sup>5</sup> Alcinha da cidade de Campo Grande.
- <sup>6</sup> Brito (2000, p. 64) saliente que “O grupo dos primeiros imigrantes japoneses a fixar-se em Campo Grande era formado em sua grande maioria por descendentes dos Okinawanos [...]”.
- <sup>7</sup> Relatório elaborado pelo intendente de Campo Grande Arlindo de Andrade Gomes no ano de 1922.
- <sup>8</sup> Relatório elaborado pelo intendente de Campo Grande Rosário Congro no ano de 1918.
- <sup>9</sup> Relatório elaborado pelo intendente de Campo Grande Manuel Joaquim de Moraes no ano de 1928
- <sup>10</sup> Sobre este estabelecimento de ensino, Luís Alexandre de Oliveira afirma: “Foi o Instituto Pestalozzi a semente do Colégio Dom Bosco e das instituições de ensino secundário, que em Campo Grande, se seguiram a ele.” (ROSA, 1990, p. 31).
- <sup>11</sup> Município localizado no estado de Mato Grosso do Sul fundado em 1892.
- <sup>12</sup> “Lá pelos idos de 1915, veio para Aquidauana um advogado, para montar banca de advocacia e estabelecer-se naquela cidade. Seu nome era Arlindo Alfredo de Lima. Tinha especial vocação para o magistério e em Recife já havia dirigido uma Escola Normal com o nome de Instituto Pestalozzi. Também já fora deputado estadual por São Paulo. Embora fosse o melhor advogado da cidade, muito procurado, sempre achava tempo para dar aulas de Português, Francês e outras matérias, com ótima didática, deixando transparecer a Cultura de que era possuidor.” (ROSA, 1990, p. 31).
- <sup>13</sup> Foi nomeado intendente por um breve período, mais precisamente de 5 de setembro de 1918 até 11 de agosto de 1919, após anulações das eleições de 1917, este fato marcou o fim da dualidade de poder.
- <sup>14</sup> No mencionado documento consta o termo “relatório da gestão”.
- <sup>15</sup> “[...] é preciso destacar a figura de Luiz Alexandre de Oliveira, que foi diretor durante muitos anos do Visconde, lecionando e dedicando-se à educação dos jovens da colônia japonesa [...]”. (AYUMI, 2008, p. 41).
- <sup>16</sup> Segundo Rocha (2010), um tempo após sua criação, o referido estabelecimento de ensino foi vendido ao professor Henrique Correa, que o transferiu para um local improvisado, onde mais tarde veio a falência. E só em 1927, foi reaberto com a denominação Instituto Oswaldo Cruz.
- <sup>17</sup> “A escola recebeu o apelido de Hanja, uma vez que o doador do terreno, Jiro Oshiro, era natural de Namihira (‘Hanja’, pelo dialeto okinawano) [...]”. (AYUMI, 2008, p. 38). Conforme material encontrado nos arquivos da escola, “Existia [no ano de criação da Escola Visconde de Cairu] a Escola Reunidas, que antecedeu ao Grupo Escolar Joaquim Murinho.” (A FERROVIA..., 1991, p. 20).
- <sup>18</sup> Este professor exercia também a função de diretor da escola, mas seu nome está grafado em placa comemorativa de 90 anos da Escola Visconde de Cairu como Assato Tokuro.
- <sup>19</sup> Segundo Nishimoto (2011) e Trubiliano (2015), Chacrinha foi o primeiro dos 17 núcleos coloniais japoneses fundados na zona rural de Campo Grande entre os anos de 1914 e 1942, bem como “[...] se destacou na história não só por ter sido a primeira, mas porque na localidade foi criada a primeira escola étnica de japoneses, em 1918.” (NISHIMOTO, 2011, p. 48).
- <sup>20</sup> Segundo documentos da Escola Visconde de Cairu, em 1912, Kame Akamine “[...] imigrou para o Brasil, na terceira leva de imigrantes, como integrante da família do seu irmão Toku [...]”, onde a princípio foi trabalhar na agricultura em Bauru. Já em agosto de 1914, os irmãos Akamine se instaram em Campo Grande, juntamente outros imigrantes japoneses, da primeira e terceira leva de imigrantes, ampliando, assim, o número de companheiros na cidade. (ESCOLA VISCONDE DE CAIRU, 2001, p. 37).
- <sup>21</sup> Atualmente no mesmo terreno foi construída a Associação Esportiva Nipo Brasileira. (ESCOLA VISCONDE DE CAIRU, [19--], p. 1).

- <sup>22</sup> No entanto, nota-se em fontes primárias da escola que a quantidade de alunos matriculados no ano de 1933 era de 73 alunos. Consultar Tabela 3.
- <sup>23</sup> De acordo com Silva e Moreira (2015, p. 111) “O nome dado à instituição é uma homenagem a Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle (1843-1899), que recebeu o título de Visconde, do imperador Pedro II.”
- <sup>24</sup> Em fontes primárias da escola, nota-se que os diretores japoneses imigraram das cidades de Okinawa e Nikehó Tochigui Ken Nippon.
- <sup>25</sup> O Estado de Mato Grosso já havia elaborado uma nova reforma educacional no ano de 1927, mas em relação às disciplinas ofertadas nas escolas primárias não se altera o que foi estabelecido no decreto de 1910. (MATO GROSSO, 1927).
- <sup>26</sup> “[...] órgão fundado em 1937, no período do Estado Novo do governo de Getúlio Vargas, tendo como primeiro diretor-geral o professor Lourenço Filho. O instituto foi criado, entre outras muitas funções, para ser uma fonte de documentação e investigação referente às doutrinas e técnicas pedagógicas, além de prestar assistência na seleção e formação de funcionários públicos da União.” (PATROCÍNIO, 2016, p. 92). A partir do ano de 1972, passou a ser denominado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- <sup>27</sup> Ver Nishimoto (2011, p. 69)
- <sup>28</sup> Veio para o Brasil em 1917 no navio Kawachi Maru.
- <sup>29</sup> Nomeadas pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.
- <sup>30</sup> Veio para o Brasil em 1928, e aportou em Santos, no navio a vapor Manira Maru e, apenas em 1933 chega em Campo Grande.
- <sup>31</sup> De fato, o número de professores brasileiros corresponde a 16, mas não se encontraram informações sobre a nacionalidade da professora Yolanda Valentina da Rosa.
- <sup>32</sup> Sobre as subvenções ver Moraes (2007, p. 28).
- <sup>33</sup> Ver Nishimoto (2011, p. 44).
- <sup>34</sup> Sobre a relação dos imigrantes japoneses no período pós-guerra, ver Brito (2000, p. 99).
- <sup>35</sup> Segundo Brito (2000, p. 64) os imigrantes japoneses “[...] dedicaram-se sobretudo à plantação de verduras, que eram atividades conhecidas e desenvolvidas no Japão. As áreas ocupadas, sem exceção, eram próximas aos córregos Segredo, Prosa e Bandeira, em função da necessidade de água para a plantação.” A autora (2000, p. 65) ressalta que “O trabalho e o consumo de produtos hortifrutigranjeiros foram praticamente introduzidos em Campo Grande pelos japoneses.”
- <sup>36</sup> Criado pelo Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, em seu artigo primeiro.